



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS - LICENCIATURA**

Jucélia Valeriano da Silva

**A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO, QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ**

Laranjeiras do Sul

2019

Jucélia Valeriano da Silva

**A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO, QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito parcial para a obtenção
do grau de Licenciada em Interdisciplinar em
Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus*
Laranjeiras do Sul.

Laranjeiras do Sul

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Jucélia Valeriano da
A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO
ASSENTAMENTO CELSO FURTADO, QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ /
Jucélia Valeriano da Silva. -- 2019.
49 f.

Orientador: Doutor Roberto Antônio Finatto.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso
Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais
e Humanas-Licenciatura, Laranjeiras do Sul, PR , 2019.

1. Agroecologia. 2. Acampamento. 3. Assentamento. 4.
Reforma Agrária. I. Finatto, Roberto Antônio, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JUCELIA VALERIANO DA SILVA

**A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO, QUEDAS DO IGUAÇU – PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

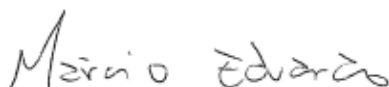
Orientador: Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 19 de junho de 2019.

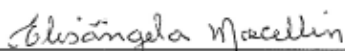
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto



Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo



Prof.ª. Me. Elisângela Mocellin

O presente trabalho é dedicado à minha mãe, Marlene, aos meus queridos irmãos, Geisi, Odair e Patricia, pelo apoio e incentivo em todo o período de formação escolar e de vida. Em memória, ao meu pai, Benedito, pelo incentivo desde sempre aos estudos e todo o amor dedicado, em vida, à toda a sua família.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de (des)territorialização da Agroecologia no Assentamento Celso Furtado, município de Quedas do Iguaçu – Paraná. A Agroecologia, enquanto sistema alternativo de produção agrícola, possibilita a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda aos agricultores e a permanência dos mesmos no campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) defende a implantação da Agroecologia nas áreas de reforma agrária. Entretanto, como constatado na pesquisa, uma série de dificuldades inviabilizaram a concretização desse sistema produtivo. A pesquisa teve cunho teórico e empírico, com tratamento qualitativo dos dados. Foram realizadas entrevistas com os agricultores de diferentes comunidades do Assentamento Celso Furtado para conhecer o histórico de implantação da Agroecologia no período do acampamento e como ela está sendo desenvolvida atualmente. Nesse sentido, com o desenrolar das entrevistas e das visitas às unidades camponesas identificamos algumas áreas de produção agroecológica no Assentamento, ainda que fora das comunidades previstas, inicialmente, para o desenvolvimento da produção. Desta forma, identificamos que o trabalho desenvolvido pelo MST e por algumas organizações que trabalhavam com o ideário da preservação ambiental possibilitou a territorialização da Agroecologia nos acampamentos 10 de Maio e José Abílio dos Santos. No entanto, por motivos diversos, como a falta de apoio técnico e de mercado consumidor, após a ida das famílias para os lotes e a formação do Assentamento Celso Furtado ocorreu o processo de desterritorialização da Agroecologia. Atualmente, a Agroecologia está reduzida a pequenas áreas se comparada às perspectivas do período do acampamento. Mesmo assim, sua presença se apresenta como resistência ao modelo de produção convencional.

Palavras-chave: Agroecologia. Acampamento. Assentamento. Reforma Agrária.

THE (DE)TERRITORIALIZATION OF AGROECOLOGY IN THE CELSO FURTADO SETTLEMENT, QUEDAS DO IGUAÇU - PARANA

ABSTRACT

The present work aimed at analyzing the (de)territorialization process of agroecology at Celso Furtado Settlement, in the municipality of Quedas do Iguaçu, Parana, Brazil. The agroecology as alternative system for agricultural production permits the production of healthy food, the farmer's income generation as well as their permanence in the farms. The Landless Workers' Movement (MST) defends the introduction of agroecology in the land reform areas. Nevertheless, such as verified in this research, a variety of difficulties have undermined the achievement of this productive system. The research had theoretical and empirical purposes, with qualitative data processing. Interviews were conducted with farmers from different communities at Celso Furtado Settlement in order to recognize the history of the agroecology implementation in the settlement period and how it is currently developed. In this sense, throughout the interviews and the visits to the rural unities, we identified some areas of agroecological production in the settlement, although they were different from the ones previously indicated to develop this kind of production. Hence, we identified that the work developed by the MST and other organizations that worked in this idea of environment preservation permitted the territorialization of agroecology in the 10 de Maio and Jose Abilio Settlements. However, for different motivations, such as the lack of technical support and consumer market, after the families had gone to the plots of land and the consequent formation of the Celso Furtado Settlement occurred the process of deterritorialization of agroecology. Currently, agroecology is reduced to small areas if compared to the perspectives in the settlement period. Even so, its presence means resistance to the conventional production models.

Keywords: Agroecology. Rural Camp. Rural Settlement. Land Reform.

LISTA DE SIGLAS

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

COOTRARA - Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária

EMATER/PR- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

I-PNRA - I Plano Nacional da Reforma Agrária

MBA - Movimento dos Atingidos por Barragens

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

UPC - Unidade de Produção Camponesa

WWF - World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 OBJETIVO GERAL	10
1.1.1 Objetivos específicos	10
1.2 METODOLOGIA.....	10
2. QUESTÃO AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO	12
2.1 A FORMAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO	177
3. A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS ACAMPAMENTOS 10 DE MAIO E JOSÉ ABILIO DOS SANTOS	22
3.1 O SENTIDO DA AGROECOLOGIA.....	24
3.2 AS AÇÕES E OS GRUPOS QUE POSSIBILITARAM A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA.....	26
4. A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO	33
4.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO.....	38
4.1.1 O caso do café agroecológico.....	38
4.1.2 A produção da comunidade Palmital.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa o processo de (des)territorialização da Agroecologia no Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu - Paraná. A Agroecologia se constitui em um sistema de produção difundido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) enquanto parte de um processo mais amplo de luta pela terra. Nesse sentido, a Agroecologia é um elemento importante para compreendermos a questão agrária atualmente.

O trabalho analisa, com base em uma perspectiva histórica, o processo de territorialização da Agroecologia no Assentamento Celso Furtado. Essa análise considera que o território é produto das relações sociais produzidas em determinado espaço e tempo. Assim, a territorialização da Agroecologia nos acampamentos e assentamentos rurais representa a construção de um projeto, nas dimensões material e imaterial, que busca se contrapor ao modelo convencional de produção agrícola ligado ao agronegócio.

Nesse sentido, pontuamos a formação da comunidade Orgânica e Palmital no Assentamento Celso Furtado onde, por um determinado tempo, a Agroecologia encontrou possibilidades de territorialização. Entretanto, uma série de entraves impediram que esse processo alcançasse o sucesso esperado. Ao realizar essa pesquisa, buscamos entender quando e por que a perspectiva de produção agroecológica perdeu a essência, em que momento ela entrou em declínio a ponto de não conseguir se manter como planejado no período de acampamento. Ademais, identificamos que, contraditoriamente, algumas experiências ainda existem na área estudada, mostrando que a Agroecologia está de alguma maneira presente.

A Agroecologia se constitui como um importante sistema de produção com o intuito de garantir a alimentação saudável e a autonomia aos pequenos agricultores. Ela é benéfica tanto aos camponeses, como também aos moradores dos centros urbanos que podem consumir alimentos livres de agrotóxicos e outros produtos químicos. Por isso, se diferencia da produção convencional que torna os agricultores apenas consumidores de mercadorias e dependentes do mercado.

O assentamento Celso Furtado se localiza no município de Quedas do Iguaçu e teve a sua transição de acampamento para assentamento no ano de 2005,

atualmente conta com aproximadamente 1.089 famílias e é considerado um dos maiores assentamentos da América Latina.

Além do fato de ser moradora do Assentamento Celso Furtado, um dos motivos me levou a pesquisar sobre tal tema foi a curiosidade inicial de entender as razões pelas quais uma das comunidades do Assentamento se chamava “orgânica”, já que a produção que visivelmente predominava na área era com base na agricultura transgênica e na monocultura, principalmente da soja.

O anseio em desvendar os motivos pelos quais a produção orgânica não se desenvolveu no Assentamento foi ponto crucial para realizar esta pesquisa. Para além de ser moradora do Assentamento, almejo o trabalho no campo, sendo que objetivo desenvolver meu trabalho nas escolas do assentamento considerando os princípios da Agroecologia.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar o processo de (des)territorialização da Agroecologia no Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu - Paraná.

1.1.1 Objetivos específicos

- Apresentar o surgimento dos acampamentos 10 de Maio e José Abílio dos Santos como parte da questão agrária brasileira;
- Identificar as ações relacionadas com a Agroecologia durante o período de acampamento;
- Identificar as principais instituições, organizações e atividades produtivas vinculadas com a produção agroecológica no Assentamento Celso Furtado;
- Analisar os limites para a territorialização da Agroecologia no Assentamento.

1.2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza teórica e empírica, com tratamento qualitativo dos dados. Foram realizadas entrevistas com base em roteiros semiestruturadas com os sujeitos alvos da comunidade. Foram entrevistados cinco moradores do Assentamento Celso Furtado, sendo que dois deles participaram

ativamente do processo de sensibilização e desenvolvimento da Agroecologia nos acampamentos que antecederam a formação do Assentamento Celso Furtado, ou seja, os acampamentos 10 de Maio e José Abílio dos Santos.

As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2019 nas unidades de produção dos assentados, sendo posteriormente transcritas e analisadas. As visitas nas unidades de produção camponesa dos assentados permitiu conhecer as áreas de produção e a vida dos agricultores e os desafios postos para viabilizarem a produção no assentamento.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto apresenta a seguinte estrutura: O capítulo 02 do trabalho trata sobre a questão agrária brasileira, sobretudo o processo de modernização da agricultura. Também tratamos do processo de formação do Assentamento Celso Furtado; O capítulo 03 apresenta a territorialização da Agroecologia no acampamento e a formação da Brigada Orgânica, ainda neste capítulo explicitamos o entendimento sobre território e Agroecologia; No capítulo 04 detalhamos a (des)territorialização da Agroecologia no assentamento Celso Furtado, explicando as dificuldades para a sua territorialização e as atividades relacionadas a este sistema de produção que podem ser encontrados na área pesquisada.

2. QUESTÃO AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Este capítulo apresenta um panorama da questão agrária brasileira com destaque para o processo de modernização da agropecuária no país. Esses elementos são base para a compreensão da existência da luta pela terra, materializada no assentamento Celso Furtado e para a consolidação da Agroecologia como alternativa para o campesinato, como será tratado mais adiante.

A história brasileira é marcada por vários entraves que dificultaram o acesso à terra pela população trabalhadora. Zeneratti (2017) destaca que em 1824 com a Constituição Imperial foi legalizada a propriedade privada no Brasil, porém antes disso havia a lei das Sesmarias. Esta lei, extinta somente em 1822, destinava terras devolutas para a produção aos homens de grande poder político e econômico, os senhores fidalgos. As terras deveriam ser distribuídas apenas para aqueles que tinham condições de explorá-las. O autor citado acrescenta que:

As sesmarias foram o primeiro instrumento de acesso a terra no Brasil, porém, em concessão e apresentava algumas características relevantes, como: gratuidade, pois não previa compra e venda, eram terras cedidas pela Coroa Portuguesa; aproveitamento, ou seja, caso não utilizadas seriam devolvidas à Coroa (terras devolutas); a Coroa ainda recomendava que não fossem cedidas terras em extensão maior que uma pessoa pudesse cultivar, entretanto essa recomendação não era seguida, possibilitando a concentração de grandes áreas (ZENERATTI, 2017, p.444).

Com o desenvolvimento e a expansão do modo capitalista de produção, a terra tornou-se propriedade privada. A Constituição Imperial veio como instrumento na defesa dos direitos dos cidadãos, inclusive o direito da propriedade, porém esse direito só pertence a quem dispõe de capital para explorar a terra. Posteriormente, a Lei de Terras em 1850 (Lei n. 601) regularizou a existência do latifúndio e, a partir de então, a terra passa a ser mercadoria, com a compra e a venda regulando o seu uso. Por outro lado, a lei permitiu a formação do campesinato proprietário. Assim, “o latifúndio foi se formando juntamente com a classe de proprietários, seja pela aquisição de terras ainda durante o regime das sesmarias e, posteriormente, tornadas propriedade privada pela Constituição Imperial, seja comprando-as já sob a Lei de Terras”. (ZENERATTI, 2017, p. 446).

Diante desses elementos citados, a terra permaneceu concentrada, o que fez surgir movimentos que contestavam a desigualdade no acesso à mesma. Em 1964, o Estatuto da Terra previa a reforma agrária como estratégia para conter os movimentos sociais que reivindicavam o direito à terra aos trabalhadores, enquanto o campo se modernizava. No Estatuto, o conceito de latifúndio aparece da seguinte forma:

V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Essa regularização, como podemos notar, facilitou aos proprietários da elite a acumulação de terra em grande extensão. Sendo a compra, a única forma de obtenção das terras, os trabalhadores foram de certa forma “privados” desse direito, criando assim um mecanismo de bloqueio aos trabalhadores pois a classe menos favorecida não dispõe de capital para adquirir a mesma.

Com a concentração de terra e a demanda de produzir em grandes áreas surge a necessidade de maquinários e insumos agrícolas que viabilizem a produção. Assim, com forte apoio do Estado brasileiro, a partir da década de 1960, molda-se o processo de modernização da agricultura com a inserção de máquinas agrícolas e insumos e fertilizantes de origem urbano-industrial na agricultura.

Segundo Delgado (2005, p. 56) “a modernização agrícola sem reforma agrária é um dos pensamentos conservadores que foi impondo mesmo que lentamente a demanda por produtos agrícolas e seus efeitos nos preços, emprego e comércio exterior, mas sem pautar sobre as consequências reais para o país”. Para o autor,

A imaginação dos economistas conservadores da época, e também de alguns críticos do sistema, está impregnada das chamadas cinco funções da agricultura: i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano. (DELGADO, 2005, p. 56).

Esse processo da “idade de ouro” teve forte financiamento do setor público, desenvolvendo uma agricultura capitalista muito ligada a economia industrial e urbana

(DELGADO, 2005). Nesse sentido, o autor destaca a importância do Estado no processo de modernização da agricultura no país:

Este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado “por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.)”. (DELGADO, 2005, p.58).

A modernização da agricultura se estruturou, portanto, com base no capital necessário para a compra de insumos e maquinários, especialmente nas médias e grandes propriedades. Esse contexto histórico sobre o acesso à terra e ao processo de modernização da agricultura resultou em impactos sociais, econômicos e ambientais diversos.

Oliveira (2001) destaca que a modernização da agricultura não é um recurso que transforma os latifundiários em empresários capitalistas, mas pelo contrário, garante aos grandes empresários capitalistas a apropriação de terras, sendo eles os latifundiários. Essa situação pode ser observada na tabela 01, onde constata-se que os imóveis rurais brasileiros com menos de 10 hectares embora representem 31,6% do total, abrangem apenas 1,8% da área; no outro extremo, os imóveis com 1.000 e mais de 1.000 hectares, apesar de representarem apenas 1,6% do número total de imóveis, abrangem 43,8% da área.

Tabela 01- Estrutura fundiária brasileira, 2003.

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: Disponível em Oliveira (2007, p.149). Elaborado com base em dados do INCRA (2003).

Outro fator importante a ser considerado são os filhos dos camponeses, que já se depararam com esse processo de desenvolvimento e expansão desenfreada do capitalismo e dos latifundiários, acarretando o êxodo rural. É notório que há uma diminuição considerável das populações camponesas do meio rural, em consequência, a urbanização cresce demasiadamente. Como destaca, Balsan (2006, p. 133), “a deterioração dos preços agrícolas, a redução do espaço físico, a inadequação da legislação trabalhista, entre outros, dispersaram milhares de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades”.

Balsan (2006) também cita que o padrão de desenvolvimento exclui de certa forma o homem do campo das oportunidades de emprego, além de provocar um desordenamento do meio rural, advindo da competitividade do capitalismo. A autora cita que “dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital” (BALSAN, 2006, p.128).

Este contexto fez surgir vários movimentos contestatórios, questionando os rumos do desenvolvimento agrícola, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O nascimento de movimentos sociais foi uma grande conquista para os trabalhadores. O MST é um dos principais movimentos sociais, liderado por trabalhadores rurais sem-terra, que visam a luta pela reforma agrária.

O MST surge na década de 1980 (MARCELITES, 2017; RODRIGUES, 2018) e visa não só a luta pela reforma agrária, mas também por uma educação digna e igualitária aos filhos dos camponeses e por qualidade de vida aos povos do campo. Em 1985 é construída a proposta do I Plano Nacional da Reforma Agrária (I-PNRA), (DELGADO, 2005) que já estava prevista no Estatuto da Terra, aprovado pelos militares, fazendo uma movimentação contrária aos setores ruralistas. Logo, com esse primeiro plano e apesar das mortes decorrentes dos conflitos agrários, muitas famílias foram assentadas.

A luta do MST não abrange somente os camponeses. O inchaço nos centros urbanos, por exemplo, é algo a ser considerado, já que a existência de condições de vida e trabalho no campo interferem no êxodo campo – cidade. Da mesma maneira, a alimentação saudável e sem agrotóxicos e as escolas nos assentamentos e acampamentos para os filhos dos trabalhadores são temas presentes no Movimento. Assim,

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

É nesse sentido que a luta dos trabalhadores se faz necessária e com a participação central do MST. O movimento representa um grande passo na luta e conquista pela terra, uma vez que essa conquista da terra não se dá com a necessidade de desapropriação da mesma, mas sim, de propriedades improdutivas que estão sob controle da classe dominante (OLIVEIRA, 2001; DELGADO, 2005). Se trata de uma luta constante por uma nova sociedade, mais justa e igualitária, o que arrastou também uma grande parte de trabalhadores assalariados do campo e dos centros urbanos, na luta pelos direitos perdidos, uma luta pela autonomia de seu trabalho.

Oliveira (2001, p.195) também destaca que a luta por “uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania” alcança os mais variados espaços, inclusive aqueles onde o capitalismo se apresenta na sua forma mais avançada e

por isso mesmo é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo e da cidade passaram a negar tal condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho. (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

O MST é um movimento que dá importância para a sua base, ou seja, os sujeitos que estão vivendo nas áreas de acampamentos e assentamentos rurais. Tem uma coletividade de representantes em cada região onde atua, ademais, é um movimento que respeita as decisões tomadas em coletivo, decisões essas que são acolhidas por todos visando a prática em conjunto.

Vale ressaltar que o MST não é o único movimento que promove a luta contra o domínio das grandes economias capitalistas. A luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios, a luta dos camponeses contra as grandes obras do Estado, que, por conseguinte levam a desapropriação de muitos trabalhadores de suas terras resultaram em movimentos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). São movimentos,

que cada um com suas especificidades, lideram uma luta acirrada contra os avanços do capital, que, de novo, independente das consequências, vai impondo seu domínio.

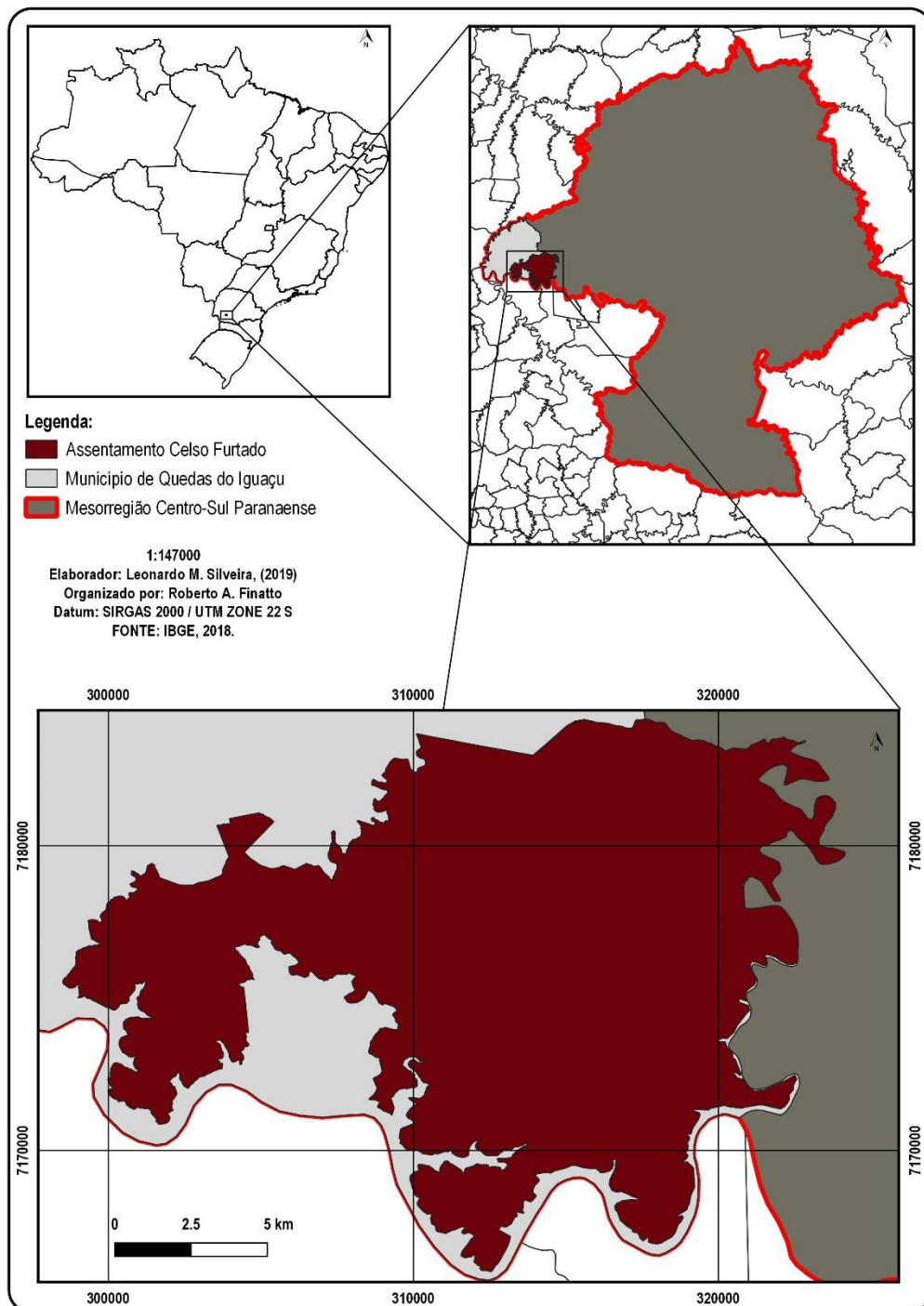
Dessa forma, nota-se que o MST ainda é um grande instrumento de apoio aos trabalhadores na luta pela terra, e como já foi mencionado o movimento não traz em si uma luta que objetiva beneficiar somente os povos do campo, mas é uma luta de todos e para todos, como diz o lema do III Congresso Nacional do MST, do ano de 1995: “Reforma Agrária: uma luta de todos”.

As ações do MST pela terra resultaram também na criação do Assentamento Celso Furtado, como veremos a seguir.

2.1 A FORMAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

O Assentamento Celso Furtado (Mapa 01) está localizado em uma área que estava sob domínio da empresa Araupel S. A. A empresa se estruturou na década de 1970 quando dois grupos do ramo madeireiro, a Giacomet S.A. e a Marodin Exportação S.A, se uniram formando a Giacomet- Marodin indústria de madeira S.A (ROOS, 2011). O objetivo foi adquirir terras na região Centro-Sul Paranaense abrangendo cinco municípios: Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu.

Mapa 01 – Localização do Assentamento Celso Furtado no estado do Paraná e no município de Quedas do Iguaçu



Desde 1970 ocorreram vários conflitos nessa região entre os camponeses e a empresa Giacommet-Marodin. Porém, a maioria desses camponeses não lutava organizado em um movimento estruturado em âmbito regional ou estadual, ademais, esses movimentos que visavam a conquista da terra eram formados por posseiros,

que expulsos de suas terras pela empresa, se uniram na luta para retornar à terra. Organizados no MST os camponeses voltaram a lutar contra a empresa no ano de 1996 ocupando parte da fazenda localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu, (RODRIGUES, 2018) o que resultou na criação de dois assentamentos: Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

As ocupações que levariam a formação do Assentamento Celso Furtado se deram muito antes de o mesmo ser oficializado. O primeiro acampamento foi formado nas margens da BR-158 entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, Paraná, em 1999. As famílias que faziam parte desse acampamento eram excedentes¹ dos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, mas também havia pessoas advindas de outras regiões, até mesmos brasiguaios², oriundos do Paraguai (MARCELITES, 2017).

Segundo Marcelites (2017, p. 24), em 1997, foi criado o assentamento Ireno Alves dos Santos com aproximadamente 900 famílias e, no ano seguinte, em 1998, o assentamento Marcos Freire, com 604 famílias. Como já foi mencionado, em 1999 formou-se um acampamento às margens da BR-158 composto pelas famílias excedentes desses dois assentamentos. As famílias excedentes ali permaneceram por volta de quatro meses, até que no dia 10 de maio de 1999, ocuparam uma área da empresa Araupel conhecida como “Bacia” em Quedas do Iguaçu (MARCELITES, 2017).

Entretanto, como afirma Marcelites (2017, p. 24) “as famílias do Acampamento da Bacia eram frequentemente ameaçadas de despejo, muitas delas acabaram desistindo do Movimento, conseqüentemente enfraquecendo a luta pela terra na área”. Diante disso, outro acampamento foi formado nas margens da BR-158 entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu em 2003, com o intuito de unir forças na luta contra o latifúndio.

Sendo assim, foi ocupada outra área denominada “Silo”, no dia 12 de julho, próximo ao então acampamento da “Bacia” e também a seis quilômetros da cidade de Quedas do Iguaçu. Uma estratégia muito bem organizada, já que ao mesmo tempo

¹ Excedentes são aquelas famílias que, diante dos limites da área ocupada em relação ao número de famílias, não foram contempladas com lotes em uma área já destinada para reforma agrária.

² Brasileiros ou seus descendentes que vivem no Paraguai, especialmente na fronteira do país com o Brasil.

em que existia uma ação de despejo na área da “Bacia”, com a ocupação da nova área, essa ação foi evitada.

Ainda de acordo com Marcelites (2017) foi estratégia do MST realizar mais de uma ocupação em uma mesma área, pois foi o ponto crucial para a formação do Assentamento Celso Furtado, com aproximadamente 1.100 famílias assentadas. Assim, cada vez mais pessoas se aglomeravam na área do “Silo” e, com isso, a Araupel³ não conseguiu manter seu domínio, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a destinar a área para a reforma agrária no ano de 2005. Segundo Roos (2011, p.62),

A partir de fontes documentais, o INCRA verificou que estas terras pertenciam à União e, portanto, não havia necessidade de desapropriação da área. O INCRA entrou junto à Justiça Federal de Cascavel, com Ação Declaratória de Nulidade da titulação “non domino” que havia sido expedida pelo governo do Paraná na faixa de fronteira, dispensando assim, a desapropriação para a arrecadação destas terras para fins de reforma agrária.

Conforme Roos (2011) essas terras haviam sido arrecadadas através de ação judicial na data de 9 de novembro de 2004. A emissão de posse ao INCRA ocorreu em 17 de novembro de 2004 e, a partir de então, foi criado o Assentamento Celso Furtado, com um total de 25.285,53 hectares.

Atualmente, o município de Quedas do Iguaçu conta com dois assentamentos, Rio Perdido (com cerca de 60 famílias) e Celso Furtado.

O MST vem questionando o domínio da empresa Araupel sobre as terras, que se caracteriza como um dos maiores latifúndios do sul do Brasil, com cerca de 100 mil hectares em área contínua. A partir do momento que se atuou na região, o MST exerce grande influência econômica, principalmente no município de Quedas do Iguaçu, afinal, a população assentada, gera arrecadação para o município.

Diante do tamanho do seu complexo industrial no município que chega a 43 mil m² de área construída, abrangendo serraria, estufas, remanufatura, depósito de estocagem de produtos e outras instalações (ARAUPEL, 2018), a Araupel absorve significativa mão de obra de Quedas do Iguaçu. Naturalmente que os habitantes do município não possuem outras opções que não seja vender sua força de trabalho à empresa. Assim, é notório que a Araupel possui grande influência sobre a população

³A empresa Madeireira Giacomet S.A e Marodin S.A Exportação se unem em 1972 formando a Giacomet Marodin Indústria de Madeira S.A. Em 1997, o nome é alterado para Araupel S. A.

do município, principalmente a mais jovem. Essa situação é também resultado da falta de alternativas para a geração de renda na região. Muitos desses jovens cursam o ensino superior e tiram do trabalho na empresa a renda necessária para a permanência no curso, assim como outros dependem do trabalho para o sustento de suas famílias. Essa dependência econômica tem produzido um comportamento de defesa da empresa e, por outro lado, de crítica aos assentados.

O município de Quedas do Iguaçu conta com aproximadamente 30.585 habitantes (IBGE, 2019) com cerca de 15% da população proveniente dos assentamentos, ou seja, oriundos da luta pela terra.

Desde o surgimento, o assentamento passou por várias transformações, como já foi mencionado, investimentos de muitos recursos em prol dos moradores e ainda há muito para ser feito, considerando que muitos moradores estão sem os recursos das casas, já que os assentados enfrentam dificuldades no acesso aos recursos disponibilizados via INCRA.

Uma das mudanças ocorridas na área se refere ao tipo de agricultura praticada, já que no início do assentamento existiam grupos dispostos a desenvolver esse sistema de produção, mas que não deram sequência nas atividades, como será tratado a seguir.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS ACAMPAMENTOS 10 DE MAIO E JOSÉ ABILIO DOS SANTOS

Para entender o processo de territorialização da Agroecologia nos acampamentos é necessário, antes, compreender o sentido do conceito de território. Eduardo (2006, p. 178) afirma que o território “[...] deve ser abordado em sua multidimensionalidade interagida. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são: política, economia, cultura e também natureza, imbricados relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda esfera do corpo social”.

O autor ressalta que o território não deve ser considerado apenas como sinônimo de chão, propriedade, mas analisado em suas múltiplas dimensões, tendo em conta seus aspectos políticos, econômicos, entre outros. Eduardo (2006, p.179), ainda destaca que conceito de território tem sido confundido por muitos autores com aquele de espaço e pontua:

o território, antes de qualquer outra coisa, é relação social, é conflitualidade geografizada. O território é a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o (re)definem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos.

Assim, como bem nos lembra Raffestin (1993, p.143) “o território se forma a partir do espaço”. A existência do espaço antecede aquela do território e, a partir do momento em que o autor se apropria de um espaço, ele o territorializa. Por isso,

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143 e 144).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a Brigada Orgânica⁴ foi um ator fundamental para territorializar a Agroecologia, concreta e abstratamente, no acampamento. A partir do momento em que os atores envolvidos, ou seja, os acampados, manifestaram interesse em desenvolver uma produção diferente da

⁴ As brigadas, no caso de acampamentos do MST, são formadas por um número determinado de famílias assim divididas para facilitar a realização e a divisão de tarefas e a participação nas instâncias decisórias. As famílias da Brigada Orgânica estavam envolvidas em atividades relacionadas com a produção orgânica.

convencional, se apropriaram do espaço e, ao desenvolverem as atividades, o trabalho relacionado com a produção agroecológica, “territorializaram” o espaço.

Assim, enquanto o território da produção convencional estava sendo desconstruído, articulavam-se ações na construção de um novo território com base nos princípios da Agroecologia. Os territórios, enquanto programas desenvolvidos por diferentes atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993), possuem durabilidades diferentes. Sobre este aspecto, Souza (2000, p. 81) destaca que os “territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

É importante destacar que quando falamos sobre a territorialização, estamos nos referindo a algo que se concretiza em um determinado espaço, mas não nos limitando apenas ao espaço físico, já que o território possui uma dimensão imaterial e a apropriação abstrata do espaço é também parte do processo de territorialização (RAFFESTIN, 1993; EDUARDO, 2006).

Os autores nos lembram que territorialização não é apenas sinônimo de chão e propriedade, mas se trata de uma energia ou um trabalho desenvolvido em um determinado território. Da mesma forma, nos fazem lembrar que os atores que se apropriaram desse determinado espaço, territorializam o mesmo ao desenvolverem os seus projetos com base nas relações sociais de poder e conflitualidade.

Portanto, territorializar significa em outros termos, materializar uma determinada atividade no território. Já, por outro lado, o sentido de desterritorializar significa, de maneira um tanto simplificada, a desintegração ou o deslocamento espacial (territorial) de um determinado projeto ou trabalho.

Os autores citados deixam claro que o território é produzido por atores, grupos ou classes sociais. Eduardo (2006, p. 180) ressalta que “os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social”. É nesse contexto que elencamos a importância da Brigada Orgânica no desenvolvimento de ações que tinham o intuito de levar a produção agroecológica para o futuro assentamento, mais especificamente para as comunidades com áreas destinadas à Agroecologia.

3.1 O SENTIDO DA AGROECOLOGIA

Já é notório que a Agroecologia⁵ surgiu como uma alternativa de produção menos artificial tanto ao meio ambiente quanto ao ser humano, comparada com a agricultura convencional. Caporal (2008) entende que a Agroecologia é um campo do conhecimento científico que, com base numa perspectiva holística e transdisciplinar, integra os saberes históricos dos agricultores na análise e na construção de estratégias de desenvolvimento rural e no desenho de agriculturas mais sustentáveis. Leff (2002, p.37) também ressalta que “os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população”. O autor ainda acrescenta:

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (LEFF, 2002, p. 42).

A Agroecologia se estrutura, assim, como resposta ao processo da Revolução Verde no campo – como tratado no capítulo anterior –, que buscou modernizar a agricultura com a justificativa de que diante da fome no mundo era necessária a produção em larga escala para satisfazer a demanda da população por alimentos (SILVA, 2018). Justificativa esta, contestada por Altieri (2010, p.30) quando afirma que a Revolução Verde “não será suficiente para reduzir a fome e a pobreza e conservar a biodiversidade”. Alteri (2010, p.30) ainda pontua que “os mercados justos para os ricos do norte, além de apresentar os mesmos problemas de qualquer esquema de agroexportação, não priorizam a soberania alimentar, perpetuando a dependência e a fome”. Leff (2002, p. 38) afirma que “a terra foi desterritorializada e o camponês foi “descampesinado”, separado de sua terra e do sentido de sua existência”.

⁵ Neste trabalho, empregamos os termos produção/agricultura orgânica e Agroecologia com um mesmo significado. Isso porque o termo “orgânico” foi muito citado durante as entrevistas e ele é muito usual no MST. Entretanto, as atividades aqui analisadas, tanto nos acampamentos como no assentamento, se aproximam da concepção de Agroecologia nos termos tratados por Leff (2002), Caporal (2008) e Altieri (2010). Estamos cientes das proximidades e diferenças entre a produção orgânica e a Agroecologia, como apresentado em Finatto (2016).

Esse método de produção trouxe consigo uma bagagem de insumos que gerou desequilíbrios significativos no ambiente, bem como na saúde humana, Rodrigues (2018, p.17) destaca que

Frente às problemáticas, que este modelo de produção traz ao campo, na década de 1990 a crise ambiental chega ao ápice. Com o tensionamento e afloramento dos problemas ambientais, gerados pelos níveis de consumo sempre crescente e as formas de produção degradantes do meio ambiente, a discussão em torno da sustentabilidade passa a esclarecer a insustentabilidade dos padrões de consumo da população orientados a satisfazer necessidades humanas engendradas pelo capital.

Diante desse contexto, considerando que o MST é um movimento que visa a luta pela reforma agrária, incorporou em sua bandeira de luta a concepção da Agroecologia. Altieri (2010, p. 29) destaca a importância dos movimentos sociais nesse processo, já que a “[...] Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, há muito tempo sustentam que os agricultores precisam da terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu país”.

No entendimento de Altieri (2010, p.30),

Os movimentos sociais rurais compreendem que o desmonte do complexo agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas alimentares locais devem estar acompanhados da construção de alternativas agroecológicas que satisfaçam as necessidades dos produtores em pequena escala e da população não agrícola de rendimentos baixos, o que se opõe ao controle corporativo da produção e do consumo.

Da mesma forma, como já citado, o sistema agroecológico não beneficia somente os moradores do campo, mas alcança a população urbana que passa a adquirir alimentos livres de resíduos de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Leff (2002, p.39) salienta que a Agroecologia elabora propostas de ação social coletiva para criar um modelo “[...] que orienta para a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável”

Altieri (2010), mais uma vez, reconhece a importância da Via Campesina na defesa da produção de alimentos pelos agricultores camponeses, já que,

a Via Campesina acredita que, a fim de proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados (ALTIERI, 2010, p. 30)

Destaca-se aí a importância dos movimentos em prol de um sistema produtivo viável aos camponeses, ressaltando novamente a importância da Agroecologia para os agricultores, para o ambiente e para os consumidores.

Dessa forma, a Agroecologia passou a ser discutida e pensada como uma agricultura que viabiliza renda aos agricultores e produz alimentos saudáveis aos consumidores. O MST, embora já estivesse avaliando ainda na década de 1990 os problemas da produção convencional nas áreas de reforma agrária, incorpora de maneira mais explícita a Agroecologia em suas ações no ano 2000, durante o seu 4º Congresso Nacional (MARCELITES, 2017).

Resultado desse contexto, no estado do Paraná, o MST e a Via Campesina em conjunto com outras organizações passam a realizar as Jornadas de Agroecologia. “A I Jornada de Agroecologia ocorreu em 2002, na cidade de Ponta Grossa/PR e sua 17ª edição ocorreu em Curitiba, em junho de 2018”. (EDUARDO & FINATTO, 2018, p. 17). O evento é marcado como um espaço de troca de conhecimentos entre os agricultores (sobretudo acampados e assentados da reforma agrária), consumidores e simpatizantes da Agroecologia. As jornadas também possibilitam a comercialização de produtos agroecológicos e conferem visibilidade às ações do MST em torno da Agroecologia.

Assim, a Agroecologia se tornou uma das principais pautas no Movimento, inclusive se territorializando nos acampamentos 10 de Maio e José Abílio dos Santos, assunto que iremos tratar no próximo item.

3.2 AS AÇÕES E OS GRUPOS QUE POSSIBILITARAM A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA

A produção agroecológica foi desenvolvida em duas áreas nos acampamentos que formariam, posteriormente, o Assentamento Celso Furtado. Tanto no acampamento 10 de Maio como no acampamento José Abílio dos Santos existiam grupos que se articulavam em torno da Agroecologia.

A Brigada Orgânica foi um grupo formado entre os moradores Acampamento José Abílio dos Santos e tinha por objetivo a produção agroecológica pelos moradores e estabelecer a produção no futuro assentamento, assim que se concretizasse a

conquista da terra. A ideia surgiu porque alguns acampados demonstraram interesse em cultivar produtos orgânicos. Sendo assim, foram reunidas as 87 famílias interessadas em trabalhar com esse sistema de produção para formar uma única brigada (MARCELITES, 2018, p. 68).

Diante do elevado número de interessados, a Brigada contou com o apoio de organizações que trabalhavam nessa mesma perspectiva. Em parceria com o MST, a Organização não Governamental World Wide Fund for Nature (WWF) ofereceu diversos cursos técnicos para os integrantes da Brigada para ampliar o conhecimento sobre técnicas de produção agroecológica.

Em área próxima do acampamento foi construída uma horta para produção de alimentos orgânicos. Os alimentos eram destinados para o consumo das famílias acampadas e das crianças que frequentavam a escola itinerante situada no acampamento. As famílias também possuíam pequenas parcelas de terra, cerca de 6.000 m², para cultivar produtos para o autoconsumo e se manterem na disputa pela terra. “Esta produção baseava-se em tubérculos, milho, arroz, feijão, enfim, produtos de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O nível tecnológico utilizado nestas parcelas se caracterizava pelo uso de tração animal e sementes crioulas” (MARCELITES, 2017, p.29).

Um produtor relata o que produziam na Brigada Orgânica enquanto estavam acampados, em primeiro momento da produção, “*nóis plantemo* feijão, milho, arroz orgânico e a gente veio pra cima do lote com esse sonho de produzir orgânico” (I. L. Assentado na comunidade Orgânica, 2019).

No acampamento 10 de Maio, as famílias também se organizavam coletivamente e cultivavam de forma agroecológica, substituindo as sementes híbridas e fertilizantes químicos por produtos naturais. A área de cada família era de cerca de 24.000 m² e a terra era fertilizada com o esterco de animais criados no próprio acampamento e para o plantio eram utilizadas sementes crioulas (MARCELITES, 2017).

Com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborado pela Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária (COOTRARA), foi organizada uma mobilização para identificar os problemas que assolavam os moradores e levantar objetivos comuns ao grupo. Como afirma Marcelites (2017, p.30), o PDA buscava capacitar os sem-terra para o estudo e análise das oportunidades de desenvolvimento, o que garantiria aos trabalhadores elaborar

projetos em suas terras. O Plano buscou identificar possibilidades de geração de renda para as famílias considerando as características da área ocupada.

Portanto, o PDA visava aferir renda alternativa aos agricultores por meio de atividades inovadoras e potenciais de acordo com as características da região (como exemplo: a apicultura, a implantação de sistemas agroflorestais, o cultivo da erva-mate e de espécies frutíferas típicas da região, a manutenção de indivíduos de araucária para obtenção do pinhão e plantas medicinais típicas da formação florestal). (MARCELITES, 2017, p.32).

O PDA também revelava a preocupação com a formação em Agroecologia para a região, assim,

Além da assistência técnica para essas famílias, foi previsto a construção de uma Escola Tecnológica em Agroecologia que contemplasse a capacitação profissional nas áreas de desenvolvimento tecnológico da reforma agrária, tanto do Assentamento Celso Furtado, mas também do conjunto de assentamentos da região. Localizado na comunidade Renascer e em local reservado exclusivamente para tal finalidade, deveria conter salão com capacidade para quinhentas pessoas, dormitórios, centros de informática, biblioteca, área para ciranda infantil, área para lazer e práticas agroecológicas. (MARCELITES, 2017, p.33).

Dessa forma, mais do que incentivos, ou recursos para manutenção da produção agroecológica, o PDA previa uma inclusão social dos trabalhadores.

Como já foi mencionado a Brigada Orgânica no acampamento José Abílio dos Santos foi o ponto inicial à produção agroecológica. Sendo assim, no acampamento levantou-se a ideia de produção agroecológica com o intuito de que ela se estabelecesse também no futuro assentamento. De início, alguns acampados foram convidados pelos membros da direção para integrar a Brigada.

[...] aí eles convidaram a gente pra participar e a gente tinha já esse conhecimento então por causa disso que a gente já aceitou esse convite né e fez convite com os outros de *participá*, participando de reunião e conscientizando os outros também, né! (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019).

A WWF trouxe a concepção de produção orgânica para o acampamento e as lideranças fizeram uma seleção de quem seriam os acampados que teriam interesse em produzir somente orgânico e participar das formações. Como relata um Assentado em entrevista:

[...] era assim, eles trabalhavam, um trabalho bem semelhante o que vocês tã fazendo hoje, um trabalho de buscar assim, claro que com *nóis* ali não era uma pesquisa mas tenta *tirá* ou *colocá*, *tirá* ou *colocá* na mente de cada um que tinham que ser assentado o que ia ser ou que queria ser depois que pegasse lote, com o que queria trabalhar, como que ia trabalhar, como é que ia trabalhar, qual era o sonho e era montado as oficinas sabe... (I.L. Assentado na comunidade Orgânica, 2019).

Pelas informações do Entrevistado I. L. (2017) podemos identificar que as formações tinham dois grandes objetivos: sensibilizar para a importância da produção agroecológica fazendo o planejamento do futuro lote com base nos seus princípios e disseminar o conhecimento técnico para viabilizar a produção (escolha da melhor semente para o plantio; técnicas de armazenamento de sementes; preparação de caldas com base em plantas nativas; técnicas de controle biológico, entre outras).

Outro Entrevistado, da comunidade Palmital, declarou que depois de assentados receberam outros cursos para preparação de como trabalhar na unidade produtiva: “depois que *viemo* pro assentamento aqui teve bastante curso, né! trabalho do Sebrae [SENAR], bastante curso, preparação, manejo, assim, conhecimento pra esses lado assim, intercâmbio” (J. G., Assentado na comunidade Palmital, 2019).

No acampamento a produção era coletiva, seja ela convencional ou não. Os interessados em produzir com base nos princípios da Agroecologia receberam das lideranças do acampamento uma área mais isolada para desenvolverem a produção, desde o plantio até a colheita.

[...] tinha uma equipe, tinha 3, 4 pessoas que vamos dizer assim que coordenavam, então essas 3, 4 pessoas saiam, deixavam o serviço, pegavam bicicleta ou cavalo, negócio assim e ia lá olha o que tinha que ser feito. Se era pra *começá prepará* o terreno, eles chegavam e diziam tal dia quem tem boi, vai com boi, quem tem cavalo faz com cavalo e *vamo* mexer naquela terra lá preparar, preparar, daí lá *nóis* já fazia uma conversa com todos os grupo, aquele que não tinha cavalo, não tinha boi essas coisa, metia uma foice, metia uma enxada e faziam. (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019).

Como já foi relatado tudo o que plantavam era coletivo, desde a plantio até a colheita, o que se produziam era milho e feijão em duas safras, “[...] na época, *nóis* fazia dois plantio, no cedo e no tarde, na safrinha que nem falam hoje, no cedo *nóis* plantava feijão e no tarde plantava o milho” (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019). O Entrevistado pontua que a produção em sistema agroecológica tinha maior rendimento na colheita em comparação com a produtividade da área convencional dos demais acampados.

[...] *nóis* reunia o povo, lá era 12 família, era 12 máquina costal na costa, lá *nóis* passava lá... sem adubo, a terra era um pouquinho forte, mas sem adubo... uma *bajem home* do céu! *nóis* *tiremo* 60 saca de feijão por alqueire, esse alqueire lá, dividimo tudo em partes iguais, o convencional, sabe quanto eles colhiam, 45 saca (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019).

Ainda, em entrevista, um assentado relatou que, rumores de que os acampados que aderissem à produção orgânica teriam prioridade no processo de seleção dos lotes, foi um dos motivos que levou a Brigada a ter um número expressivo de acampados, foi também o que levou os mesmos a criarem expectativas diversas em relação aos lotes. Para ele, “o grupo orgânico sempre teve prioridade, sempre, tanto que é umas das causas, teve gente que se aproveitou da oportunidade, porque foi citado, quem optar pelo orgânico vai ser assentado antes, aí ‘choveu de gente’ né, ‘choveu de gente’”. (I. L. Assentado na comunidade Orgânica, abril de 2019).

No ano de 2005, com a formação do Assentamento Celso Furtado foram formadas duas comunidades onde a produção seria exclusivamente agroecológica: a Comunidade Palmital (resultado do trabalho do grupo no Acampamento 10 de Maio) e a comunidade Orgânica (resultado do trabalho do grupo no Acampamento José Abílio dos Santos). A comunidade Palmital era constituída por 30 famílias (RODRIGUES, 2018) e a comunidade Orgânica era composta por 76 famílias (BOZA et al., 2010).

A escolha da área onde seriam as comunidades tomou como base a parte do assentamento que oferecesse condições mais favoráveis para os cultivos em sistema agroecológico, sobretudo considerando a distância das lavouras em sistema de produção convencional. Sobre este aspecto no PDA, Marcelites (2018, p.56) esclarece que:

Outra parte que compreendia a 48,9% da área do assentamento foi identificada pelo diagnóstico ambiental como as terras mais planas e de solos mais férteis, propícias para a produção de grãos. Nessa área resultaria dois sistemas produtivos diferentes, sendo a maior quantidade destinada a produção convencional dado o número de famílias que optaram por esse sistema. Outra parte da área totalizando 109 lotes, foi reservada para as famílias que mostraram interesse em produzirem de forma orgânica. Sendo 87 delas pertencentes ao acampamento José Abílio dos Santos (Silo) e 22 do Dez de Maio (Bacia), as quais firmaram acordos coletivos a serem cumpridos na produção.

Os moradores acampados teriam direito de escolher entre as três opções considerando o que gostariam de desenvolver em suas unidades de produção, considerando a definição do PDA: área de granja, madeira (pinus) e a área que continha maior parte de vegetação para desenvolvimento da produção agroecológica.

A área da comunidade Palmital era coberta de espécies nativas, por isso foi destinada para a produção agroecológica. Segundo um dos entrevistados,

[...] falavam que essa área aqui era intacta, que ninguém tinha entrado aqui dentro, então foi apresentado isso aqui, [...] a madeira melhor já não existia mais aqui, já tinham tirado. Aí foi levado esse conhecimento ali pro MST né, o pessoal da parte ambiental lá e daí de lá de cima veio uma equipe da parte ambiental pra entrar nessa área aqui. (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019).

A área da comunidade Palmital se localiza em uma das extremidades do Assentamento Celso Furtado, fazendo divisa com a represa da Usina Hidrelétrica de Salto Osório. Essa posição geográfica e as características físicas citadas pelo Entrevistado foram fundamentais para que fosse destinada ao grupo com interesse na Agroecologia. Assim, “acreditava-se que a utilização desta área, evitaria algumas consequências dos efeitos deletérios da agricultura convencional aos agroecossistemas, como exemplo os resíduos de agroquímicos sintéticos” (RODRIGUES, 2018, p.28).

Silva (2018) também esclarece que a área da comunidade Palmital foi escolhida considerando as suas características físicas:

Acriticava-se que pelo fato da terra não haver sido cultivada anteriormente, haveria menos dificuldades com o controle de plantas espontâneas, facilitando assim a prática agroecológica. A assembleia feita para a distribuição da terra concordou com a destinação dessa área para os três grupos que formaram uma comunidade que recebeu o nome de “Palmital”, devido à incidência de palmeiras naquela região.

A área cedida para a Comunidade Orgânicos, na parte do Acampamento José Abílio dos Santos, da mesma forma, era coberta por vegetação. O Entrevistado (2019) I. L. afirma que:

[...] porque aqui era tudo mato, porque de repente cê tá...não quer perguntar, ah, mas o que aconteceu com o mato? Aí tinha 16 lotes de mato aqui, escolheu bem no ângulo que era tudo taquara, sabe? Taquara, taquara, e deu aquela seca de 60 dias e *nóis viemos* pra cima do lote (I.L. Assentado na comunidade Orgânico, 2019).

O processo de escolha para a área da comunidade orgânica foi da seguinte maneira, como expõe o entrevistado:

o pessoal se inscrevia comigo, aí enquanto a gente foi fazendo aquele chamamento né pro povo, pro povo que tava em roda ali se decidi quem queria ir pro orgânico, quem queria ir pra madeira e tal o pessoal do INCRA tava fazendo o PDA, medindo os lote e cortando as áreas aí. Essa área aqui ela foi escolhida pra os orgânico por causa da área do mato, mais protegida e mato não tem veneno, aí foi, na época era 88 família (I. L. Assentado na comunidade Orgânico, 2019).

Assim, Com a mudança para os lotes individuais um novo processo relacionado com a produção agroecológica se inicia e as famílias enfrentam o desafio de desenvolver a produção nas novas áreas. Entretanto, como será abordado na sequência, uma série de dificuldades se impõem na nova realidade que irão culminar na desterritorialização da Agroecologia no já formado Assentamento Celso Furtado.

4. A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Como apresentado no capítulo anterior, as práticas agrícolas desenvolvidas buscavam viabilizar a produção para o autoconsumo nos acampamentos e, ao mesmo tempo, incorporar técnicas de manejo ecológicas com vistas a diminuir a dependência em relação ao mercado. Entretanto, após a formação do Assentamento, muitos agricultores das áreas destinadas ao desenvolvimento da Agroecologia não deram continuidade às práticas ecológicas. Ocorreu, portanto, uma desterritorialização da Agroecologia.

Desterritorialização, como bem nos lembra Haesbaert (1993, p. 168) “não deve ser vista apenas como desenraizamento no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto”.

Assim, quando nos reportamos à des-territorialização, precisamos deixar claro se estamos nos referindo à imbricação de suas dimensões: uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico, ou privilegiando uma delas, mesmo porque muitas vezes se tratam de processos não-coincidentes. (HAESBAERT, 1993, p. 169).

Como já caracterizado, a territorialização da Agroecologia foi um fato marcante nos acampamentos. Podemos dizer, então, que a desterritorialização ocorreu pelas dificuldades de inserir a Agroecologia no Assentamento, por motivos diversos.

Quando já assentadas, poucas famílias continuaram desenvolvendo a produção agroecológica nos seus lotes, pois elas esperavam que os recursos e os benefícios para o grupo se concretizassem, mas não foi o caso (BOZA et al., 2011). Apesar desses limites, houve a preparação de áreas para o plantio (figuras 01, 02 e 03) e a produção em sistema agroecológico nos primeiros anos (figuras 04 e 05).

Figuras 01 e 02 – Preparação de área para o plantio na comunidade Orgânica – 2005



Fonte: Acervo de Elisângela Mocellin (2005).

Figura 03 – Plantio em área da comunidade Palmital – 2005



Fonte: Acervo de Elisângela Mocellin (2005).

Figuras 04 e 05 – Áreas de produção agroecológica na comunidade Palmital – 2005



Fonte: Acervo de Elisângela Mocellin (2005).

A morosidade na liberação dos recursos depois de formado o assentamento e a burocracia para regularizar cada família em seus devidos lotes, acabaram limitando muitos dos processos em andamento da época do acampamento, como é o caso da produção agroecológica. Destacamos nas falas dos entrevistados, assentados nas comunidades designadas para a produção agroecológica, os motivos que os levaram a desistir desse sistema de produção. De antemão, muitos acampados só adentraram na Brigada Orgânica pela possibilidade de receberem seus lotes e os recursos com antecedência. No entanto, assim como nas áreas de produção convencional, houve demora na liberação dos mesmos.

Ademais, com a incerteza dos recursos e a necessidade do sustento da família muitos produtores aderiram à produção convencional. Desta forma, no ano de 2010, daquelas 76 famílias que aderiram a produção orgânica somente 8 famílias produziam agroecologicamente (BOZA et al., 2010).

Durante o trabalho de campo podemos notar na fala dos entrevistados que a falta de incentivos e apoio foi algo que desestimulou os agricultores, como aparece na fala de um entrevistado, “faltou técnico, acompanhamento” (L. Comunidade Palmital, 2018).

Um outro entrevistado, assentado na comunidade Orgânica, também relata as principais dificuldades enfrentadas que fizeram com que os produtores se desestimulassem da produção agroecológica.

Depois que veio pros lotes a dificuldade foi que o povo, *nóis*, eu não conto, eu também não tinha condições [...] de *plantá*, essa que foi a dificuldade nossa, *nóis* não tinha... *peguemo* as terra *inçada*, não tem como você bater e era um colônia *véio tampado*... tudo no braço. [...] muito serviço, como é que vai *limpá* uma área de 5 alqueire? (A. Assentado na comunidade Orgânico, 2019).

O Entrevistado se refere a dificuldade de trabalhar na área sem os equipamentos necessários para preparar a terra para o plantio. O trabalho manual era insuficiente para viabilizar o controle das plantas na área da produção.

Rodrigues (2018, p.39), na sua pesquisa sobre a comunidade Palmital, destaca que,

se por vezes os camponeses em transição agroecológica se submetem a trabalhos mais penosos, neste estudo se percebeu que isto não está relacionado a algum princípio ou característica da produção agroecológica.

Tal fato está geralmente arrolada a fatores como a falta de recursos financeiros.

Outro aspecto limitante importante citado por Marcelites (2018, p. 105) foi a falta de mercado consumidor. Para o autor,

a falta de um mercado consumidor formado na região sem dúvida que impôs barreiras à produção orgânica, somada às dificuldades de acesso a financiamento tendo em vista que é requisito essencial acompanhamento técnico permanente na elaboração e execução de projetos voltados ao desenvolvimento da atividade, embora que nos primeiros anos houvesse assistência técnica mas que depois por falta de recursos financeiros o Incra não disponibilizou mais esse serviço aos assentados.

O que o autor pontua também aparece na fala do Entrevistado L. quando comenta a situação atual da produção: “digo, vocês querem só saber a taxa que eu tenho que *pagá* por ano, 300, 400 conto que é a taxa da certificação, vocês não dá uma opção de venda, não corre atrás”. (L. Assentado na comunidade Palmital). O Assentado faz menção à falta de canais de comercialização no município para a produção e manifesta descontentamento com o serviço dos técnicos que, segundo ele, não garantem a comercialização dos produtos. Novamente, Marcelites (2018, p. 51) relata que:

No conjunto dos fatores limitantes ao processo produtivo das UPCs em transição agroecológica, os principais envolveram questões que estão para além das porteiras das UPCs. Ressalta-se também que os principais fatores limitantes ao processo produtivo destes camponeses em transição agroecológica, estão intrínsecos a um desfavorecimento do poder público em relação ao processo produtivo destes.

Nas unidades estudadas observamos ainda, nas falas dos entrevistados, que a falta de mão de obra e a elevada demanda de trabalho que o sistema de produção agroecológico exige, é um dos principais limitantes para que a produção não venha a se desenvolver e se materializar de fato no assentamento. Um dos entrevistados, ao ser questionado sobre os fatores limitantes, afirma que:

É, na verdade o principal limitante assim hoje ele é a mão de obra, tudo, como em uma propriedade agroecológica tudo *invulta* em mão de obra e manejo, né! e como o manejo ele é meio braçal, pra se iniciar é bem complicado, né? É o maior, um dos maior limitante *pras* pessoas, né, quando você já tem um sistema praticamente implantado e você adota os manejos adequados é, mão de obra se reduz e muito, mas pra se *implantá* uma, a produtividade

agroecológica, eu entendo assim que o principal, o principal limitante é a mão de obra e o conhecimento, né! (Assentado na comunidade Palmital, 2019).

Essa questão é destacada por Silva et al. (2018, p.46) quando afirmam que “as dificuldades de manejo também se constituíram como um fato complicador para a produção orgânica na comunidade Palmital”. Os autores ainda elaboram em quadro com as maiores dificuldades relacionadas ao sistema de produção (quadro 01).

Quadro 01 - As maiores dificuldades na produção de orgânicos

Processos da Produção				
Entrevistado	Manejo	Comercialização	Assistência técnica	Financiamento
A	X	X		
B	X	X	X	
C	X	X		
D		X	X	
E		X		

Fonte: Silva, et al, 2018, p.46.

O quadro é mais um item que reforça os elementos citados pelos entrevistados, demonstrando o quanto a falta de canais de comercialização estruturados, entre outros fatores, influenciou no processo de desterritorialização da produção agroecológica no Assentamento.

Como já explicitado nos itens acima, as muitas expectativas não alcançadas e a demora no acesso aos recursos foram as causas que mais desestimularam os agricultores, a ponto de inviabilizar a produção. E, por fim, outro agricultor da comunidade Orgânico relata a falta de mercado para a produção como ponto chave para o (in) sucesso do sistema de produção agroecológico e ressalva que foi o ponto frágil dos agricultores:

[...]o que deu mais errado pra *nóis* aqui foi a decepção grande, foi a comercialização porque é aquilo que a gente falou lá atrás na entrevista: você produz e na hora de vende não tem selo, não tem ninguém que absorva essa produção, então antes de se pensar, a mensagem que eu deixo é o seguinte é primeiro você vê a comercialização, primeiro porque pra dá condição pra quem tá trabalhando o resultado imediato do seu trabalho. (I. L. Assentado na comunidade Orgânico, 2019).

Essa situação fez com que os assentados da comunidade Orgânica já na primeira safra se desmotivassem a trabalhar com a produção agroecológica e, aos poucos, passassem a usar agrotóxicos e outros produtos típicos da produção

convencional. Não identificamos, durante o trabalho de campo, produção orgânica ou agroecológica nesta comunidade.

4.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Muito embora, tenha ocorrido a desterritorialização da Agroecologia no assentamento, ainda há elementos deste sistema de produção. Foram muitas dificuldades que o sistema de produção agroecológico enfrentou, o que não viabilizou a sua existência no assentamento da maneira como organizada durante o acampamento. Entretanto, a produção agroecológica ainda está presente na vida de alguns agricultores. Trataremos aqui do caso de uma família que trabalha com a produção do café agroecológico (comunidade 10 de Maio) e de outra família que produz frutas e hortaliças (comunidade Palmital).

4.1.1 O caso do café agroecológico

Um dos casos de produção agroecológica está situado na comunidade 10 de Maio. A produção do café agroecológico é um exemplo da territorialização da Agroecologia no Assentamento Celso Furtado, mesmo considerando seus limites em termos de abrangência da área (0,24 hectares) apresenta elementos importantes para tratar da prática agroecológica em áreas de reforma agrária (figura 01).

A família possui uma área total de 12 hectares de terra que em sua maior parte está destinada ao sistema convencional. O agricultor isolou determinado espaço para a produção de café e frutas orgânicas. Ele é filho de assentado, sua família se inseriu no MST no ano de 1999, vindos do Paraguai. O primeiro contato que teve com a Agroecologia foi com apenas 11 anos de idade através de sua mãe, a qual participava de cursos de Agroecologia no Movimento. Segundo ele:

[...] o primeiro contato mesmo com a Agroecologia assim ele veio só de ouvir falar né, a mãe participou de vários cursos e Jornada da Agroecologia enquanto acampamento né, ela participou de várias jornadas da Agroecologia, trazia vários materiais, né, a gente lia assim e tal (J.G. Produtor de café agroecológico, 2019).

Entretanto, o interesse em trabalhar com a produção de café veio de seu pai, que despertou o anseio pela produção, considerando o fato de que seu pai, sempre, de uma forma ou de outra, desenvolvia a produção de café por onde se estabelecia, mesmo em regiões que não são propícias para o desenvolvimento da cultura. Este é o caso da região onde mora e desenvolve a produção de café no sistema de sombreamento.

Atualmente, tem 30 anos de idade e mora no lote de seus pais com sua esposa e uma filha, iniciou a produção agroecológica do café pela frustração que teve com a produção convencional de leite. Seu pai foi o primeiro a desenvolver a produção de café, porém pela avançada idade, J. G. assumiu a produção, desenvolvendo e aperfeiçoando o processo de manejo, a produção e a colheita do produto.

Mesmo sem a certificação, o café é o principal produto comercializado na unidade de produção camponesa. Ademais, o agricultor ainda produz frutas, todas de forma orgânica, sendo elas, goiaba, mamão, abacaxi, amora e maracujá (figuras 06 e 07). Segundo ele:

Plantei aqui nesse “pedaço” em torno de umas 40 à 50 mudas de amora, daquelas amora graúda alí tem um pé grande [...]. Plantei também em torno de uns 80 pé de mamão alí tem um vocês podem ver, então tem umas carrera, mas nesse espaço aqui foi plantado no total uns 80 pé de mamão, e tem uns pezinho de goiaba e umas outras “coisinhas” perdida aí pelo meio né, nesse espaço. (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

Mesmo com uma produção tardia, o maracujá teve grande retorno financeiro no primeiro ano de produção: “Eu comercializei aí em torno de uns 800 quilos desses 200 pé” (J.G. Produtor de café agroecológico, 2019). Ainda que a produção de maracujá no primeiro ano de produção rendeu ao agricultor satisfatórios resultados, no segundo ano ele teve dificuldades no controle da lagarta, o que acabou tornando a produção apenas para o consumo da família.

Figuras 06 e 07 – Produção de maracujá – Assentamento Celso Furtado, 2019.



Fonte: pesquisa de campo, 2019.

O produtor cultiva o café em sistema de sombreamento, já que a região não é própria para o desenvolvimento da produção cafeeira. Mesmo não trabalhando com certificação, o manejo da produção não mudou em nada, “no momento eu não tô certificado né, esse ano eu não, eu não dei entrada na certificação, mas não mudou em nada o manejo” (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019). O agricultor se refere ao manejo do período anterior em que possuía a certificação.

Na propriedade é encontrado café em vários estágios de desenvolvimento, o que dificulta a produção e a colheita, segundo o agricultor entrevistado:

[...] você vai ver que nós temos café em vários estágios e isso não...não, não ocorre numa região cafeeira né, oh nesse pé aqui mesmo, não precisa nem *nóis* ir longe, oh esses daqui oh são os cafés que já tão partindo pro processo de *graná*, né. Esses café aqui daqui uns no máximo 90 dias vai tá maduro, esses café aqui oh, esses mais granado, mais daí se você for ver nós temos outros café um pouco menor aqui que vai durar... levar mais tempo pra madurar, se você subir mais um pouquinho você vai ver que tem café menorzinho ainda e se você olhar um pouquinho aqui você vai vê que ele ainda tá florando e tem muito disso, essa semana ele tava florando. Então isso, isso dificulta a produção porque você tem que vir aqui depois e colher só os cafezinho maduros. (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

Esse processo todo (figuras 08 e 09), citado pelo entrevistado, demanda acompanhamento e mão de obra para o trabalho.

O produtor chegou a ter uma perda de 60% da produção por conta da falta de sombreamento em boa parte da plantação, “tava no limpo agora já não tá mais, mas naqueles dias de bastante sol, que deu aquela, aqueles dias de estiagem pra *nóis* aqui ele tava no limpo, o que que aconteceu, morreu uns 60% dos pés que *tavam* no limpo” (J. G Produtor de café agroecológico, 2019). Ele ainda acrescenta:

[...] que nem eu te falei lá embaixo ele é muito *despareio* aqui até que tem uns pé um pouco mais parecido assim né, é mais ele é muito, muito *despareio* por causa do nosso clima. Se ele dá, ele entra no processo de flora... floração aí dá uma esfriadinha, qualquer refrescada que dá ele segura a flor e passa 5, 10 dias assim meio fresquinho, ou 3, 4 dias já segura a flora, né. Ele vai flora só *dali* a uns 20 dias quando inicia o processo de floração de novo. Então isso não contribui positivamente pro processo. (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

A adubação da plantação é feita de forma natural, sem agressão ao meio ambiente, “aí a adubação é feita disso oh, é folha que vai caindo, é galho que vai caindo a gente vai cortando e vai *ilerando* no meio ela vai se decompondo e isso vai... vai fazendo o ciclo né” (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

Figuras 08 e 09 – Irregularidade no processo de maturação do café orgânico – Assentamento Celso Furtado, 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Segundo o entrevistado, a assessoria técnica da unidade de produção é feita pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR). Se detectado algum tipo de problema na produção, logo solicita à Emater que uma vez por mês atende as demandas da sua unidade.

Vale destacar ainda o incentivo que recebeu do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), a partir de 2005, que incentivou os agricultores a produzir para comercialização (figuras 10 e 11). A família, inicialmente, chegou a plantar 800 pés de café, em seguida plantou cerca de 250 pés a mais em um outro espaço reservado para a produção agroecológica. O agricultor pensa em fazer mudas de novas variedades com as 1.800 sementes que recebeu do Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR). Ele pretende utilizar em torno de mil mudas e fazer uma plantação nova durante o inverno.

Figuras 10 e 11 – Área de produção do café orgânico – Assentamento Celso Furtado, 2019



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O assentado ressalta a importância do trabalho desenvolvido pelo CEAGRO em relação ao café:

aí depois que, que iniciou assistência técnica mais precisamente do pessoal do CEAGRO, daí né que surgiu o incentivo de, do cultivo um pouco maior a nível mais de, pro excedente se comercializar mas daí a gente acabou plantando esses 800 pé aqui e 200 pé aqui em cima. Mas assim, com muita, com muito foco nisso, a gente achando que não, que não daria resultado e realmente o café, ele não, ele não dá resultado nenhum se não for nesse sistema né, se fosse no sistema convencional, não tinha um pé de café aqui pra comercializar (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

O mesmo ainda garante que se o ano não for um ano atípico de geadas, a colheita rende em torno de uns 800 Kg de café. Ainda destaca que, o retorno que tem, em uma média mensal, fica em torno de 450 a 500 reais: “se for *fazê* a soma mensal, é lógico que a gente tem mês que a gente quase não vende, mas tem mês que você vende um volume bem maior né, quando a gente envia pra uma feira grande, mas gira em torno de um 450, 500 reais de café”. (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

A venda da produção é feita utilizando-se diferentes canais de comercialização:

[...]de várias formas, são consumidores que tem na cidade, agora abriu a feira na cidade que foi vendido bastante também na feira, é feira pra fora né, a Emater realiza várias feiras no estado e algumas poucas a gente vai, na verdade, mais a maioria, a gente envia o café nas feiras né, pras próprias feiras do Movimento que acontece né, a Jornada de Agroecologia, né. (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

O processo de plantação, limpeza, colheita, torra, como já elencado anteriormente, é feito por toda a família. Já o processo de empacotar é o agricultor, de maneira individual, que realiza, uma vez que, como ele mesmo narra, “embalar eu gosto eu mesmo de embalar ali, porque são detalhes que influencia na qualidade da aparência” (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

No processo de torra, o produtor utiliza de uma máquina denominada “torrador bolinha”, que aprendeu a manusear com o grupo do IAPAR. O café, em seu estado pronto a ser torrado, é colocado dentro dessa máquina e vai ao fogo, é girada manualmente de 14 a 22 minutos para torrar o café. O tempo no fogo vai determinar o sabor do produto final.

E, por fim, como podemos notar na fala do entrevistado o café é de suma importância para a família e contribui na geração de renda:

O café em si, ele é uma renda, considerando o tamanho de terra ele é uma renda muito boa, né, porque ali a gente tem em torno de 2.300 metros quadrados que esse ano me proporcionou em torno de 10 mil reais de renda bruta digamos assim né, daí tu tem que tirar se for colocar a mão de obra, o custo de embalagem, enfim custo de produção né, mas uma renda bruta de em torno de 10 mil reais numa área de 2.300 metros quadrados... (J. G. Produtor de café agroecológico, 2019).

Da mesma maneira, ficou claro nas falas do entrevistado que o conhecimento, tanto aquele aprendido com o seu pai como aquele das instituições de assessoria, é requisito essencial para o desenvolvimento e sucesso na produção.

A produção agroecológica do café demonstra a viabilidade da Agroecologia ainda que a produção hegemônica seja aquela em sistema convencional. Assim, é válido o esforço para que a produção convencional não seja o único método para a produção de alimentos. O café agroecológico, como citamos neste item, possibilitou ao agricultor autonomia para que o mesmo pudesse escolher permanecer unidade de produção, fazendo do café uma fonte de renda que atenda as necessidades da família.

4.1.2 A produção da comunidade Palmital

Na comunidade Palmital, o senhor L. juntamente com sua esposa também desenvolve a produção com base nos princípios da Agroecologia. Natural de Cruzeiro do Iguaçu – Paraná, iniciou a sua participação na luta pela terra no ano de 2000, com sua esposa e os três filhos. Optaram pelo grupo com produção orgânica quando foram para o acampamento 10 de Maio pela experiência de trabalho que possuíam em um terreno onde seu pai morava.

Onde morava, no terreno de seus pais, antes da ida para o acampamento, ele e mais três irmãos tinham o intuito de plantar de maneira que não fossem utilizados agrotóxicos, por isso quando foi para o acampamento integrou o grupo de orgânicos. Nas suas palavras,

Lá no terreno do pai a gente já trabalhava, usava assim um veneno que era pra matar, entre linhas, pra matar o mato entre linhas, mas a semente era tudo crioula, a gente fazia o máximo pra não usa esse lado assim... Então a gente já lá já ia produzindo assim daí veio pro acampamento e daí surgiu essa oportunidade aí eles convidaram a gente pra participar e a gente tinha já esse conhecimento. Então por causa disso que a gente já aceitou esse convite. (L. Morador da comunidade Palmital, 2019).

O agricultor possui uma área total de 16 hectares na qual faz plantação de diferentes produtos. Segundo ele: “aqui o ponta pé inicial aqui, feijão, arroz, o básico alí né, mandioca, o milho, produziu bastante também” (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019). Vale ressaltar que a produção, inicialmente, ocorreu em sistema orgânico, porém a comercialização dos produtos foi como produção convencional, uma vez que a unidade de produção não estava certificada.

Entretanto, o agricultor parou a produção de milho por conta da quantidade de macacos que estavam destruindo a plantação, continuando com a produção de arroz e feijão somente para o autoconsumo da família. Foi então, que o mesmo iniciou a plantação de frutas, sobretudo banana, mamão e maracujá (figuras 12, 13 e 14). O agricultor comercializa as frutas nas feiras do município de Quedas do Iguaçu.

O agricultor também comercializa o leite, sendo até então a principal fonte de renda da família, no entanto, segundo ele, o leite não é produzido em sistema orgânico. Contudo, o mesmo possui em sua unidade toda a infraestrutura para manejo dos animais leiteiros neste sistema de produção.

Figura 12, 13 e 14 – Produção de frutas orgânicas na Comunidade Palmital – Assentamento Celso Furtado, 2019



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O agricultor destaca os problemas com a certificação e ressalta que ela, por si só, não garante a comercialização. Atualmente, ele conta com a certificação por auditoria, mas revela o seu descontentamento com o modelo:

então essa nossa certificadora aqui não aceitava muitos produtos... e daí não dava opção pra *nóis* ir buscar ou trazer pra *nóis* então daí fiquemo de mãos amarrada... Eu peguei, até eu tô certificado, meu nome tá lá, mas não quero nem saber, não vou mais atrás, até esse dias eu falei *pro home*, o *home* nem adeus disse pra mim, digo vocês querem só saber a taxa que eu tenho que paga por ano: 300, 400 conto, que é a taxa da certificação; vocês não dá uma opção pra gente cara, de venda, não corre atrás (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019).

O entrevistado ainda ressalta que não recebe nenhum tipo de assessoria técnica atualmente em sua unidade de produção camponesa. Declara, que seu ponto de fragilidade na unidade se dá pela falta de mão de obra, considerando que somente ele e a sua esposa estão na lida, “primeira coisa é a mão de obra, né? porque a Agroecologia nesse lado aí exige muita mão de obra, né, daí tamo só *nóis* dois, cada um mais *pendengo* de saúde que o outro” (L. Assentado na comunidade Palmital, 2019).

O produtor comercializa suas frutas em feiras de praças públicas, mais um fator que demonstra que a certificação não contribui para inserção no mercado, sem uma política pública específica para os agricultores agroecológicos. Esse fator é ponto de questionamento de muitos agricultores que trabalham com a mesma perspectiva, como já pontuamos anteriormente.

Além do Senhor L., como já elencamos nos capítulos anteriores, outros produtores estão ainda envolvidos com algum produto agroecológico em suas unidades, mas não há uma produção com regularidade e em volume significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa abordamos, principalmente, o processo de desterritorialização da Agroecologia no Assentamento Celso Furtado. Retratamos o processo de desenvolvimento da produção agroecológica na área de acampamento e o objetivo dos sujeitos envolvidos nos grupos de produção que consistia em desempenhar a produção no futuro assentamento.

Durante a pesquisa de campo, pudemos perceber os motivos que levaram a desistência dos agricultores no desenvolvimento da produção agroecológica. Os agricultores enfrentaram diversas dificuldades desde o período de acampamento, considerando ainda que alguns acampados, como os entrevistados relataram, aderiram ao grupo de produção orgânica pelo fato de que teriam prioridade de assentamento.

A partir do momento em que os agricultores foram para os lotes, os mesmos enfrentaram muitas dificuldades em desenvolver e manter a produção agroecológica no assentamento. Inicialmente, da forma como relataram, receberam assessoria para iniciar no processo de transição e realizar o manejo considerando os princípios da Agroecologia. No entanto, com a demora na liberação dos recursos, a necessidade de produzir para atender a demanda familiar e as dificuldades com o mercado muitos agricultores desistiram da proposta agroecológica e partiram para a produção convencional.

Ainda assim, alguns assentados, não excluíram de vez a produção agroecológica de suas unidades de produção camponesas, desenvolvendo então, diversos produtos neste sistema de produção. Mesmo sem a certificação dos produtos e sem um mercado consumidor que viabilize a comercialização, os agricultores, como o produtor de café e o produtor de frutas orgânicas, mantiveram a produção agroecológica. A certificação orgânica da produção, utilizada nos primeiros anos de produção, não garantiu a eles mercado para os produtos, percebe-se aí a necessidade de uma política específica aos produtores agroecológicos. Nas unidades de produção camponesas estudadas analisamos as permanências da produção agroecológica, num contexto marcado pela produção convencional.

Ao fim dessa pesquisa, podemos analisar o quão difícil para os agricultores é tornar a produção agroecológica como a sua principal fonte de renda, sobretudo em áreas de reforma agrária. Mesmo que existam pessoas interessadas em trabalhar com

a Agroecologia é necessário que as políticas públicas possibilitem essa atividade. Quando se trata de áreas de reforma agrária, é importante lembrar que além da produção é necessário viabilizar, antes, os espaços de moradia e as estradas de qualidade para o escoamento dos produtos.

REFERÊNCIAS

ARAUPEL S.A. Disponível em: <https://googleweblight.com/i?u=https://m.infojobs.com.br/araupel&hl=pr-BR>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BOZA, C; PEREIRA, M. F. C. S; XAVIER, L. P. A formação, a evolução e o fim da Brigada Orgânica do Assentamento Celso Furtado, PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2011. **Anais...** Fortaleza/CE, 2011.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de. (Orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. v.1, p. 895-929.

DELGADO, G. C. **Questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, L. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

EDUARDO, M. F; FINATTO, R. A. A territorialização da agroecologia no Paraná. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA, 2018. **Anais...** Dourados/MS: UFGD, 2018.

EDUARDO, M. F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

MARCELITES, J. E. **Agroecologia e processos pedagógicos no Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu – PR**. 2017. Monografia (Curso de Especialização em Educação do Campo). Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul. 2017.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 01 outubro de 2018.

NAGAE, B; CARVALHO, A. I. Construção da identidade no Movimento Sem Terra: Os assentados de Quedas do Iguaçu. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG - UNICENTRO**. **Anais...** 2015.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor, 2007.

RAFFESTIN, C. O que é o território? In:____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A. 1993. p.143-163.

RODRIGUES, B.S. **Transição agroecológica e as necessidades dos camponeses: o caso do assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu-PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronomia). Universidade Federal da Fronteira Sul, Pontão/RS, 2018.

ROOS, D. A luta pela terra em Quedas do Iguaçu e a conquista camponesa dos assentamentos Celso Furtado e Rio Perdido. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas/MS**, n. 13, p.53-86. 2011.

ROOS, D. **Da fazenda Araupel ao assentamento Celso Furtado**: disputas entre campesinato e agronegócio em Quedas do Iguaçu-PR. In: VII SEMANA ACADÊMICA E VIII EXPEDIÇÃO GEOGRÁFICA. 2013. Disponível em <http://cac.php.unioeste.br/eventos/semanageografia/anais2013/trabalhos/resumo_expandido/geografia/9.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2019.

ROOS, D; FABRINI, J. E. Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês. **Revista Pegada**, vol.13, 2012.

SILVA, E. F.; PAVINATO, J. M. S.; AHLERT, A. Desafios da produção agroecológica no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-PR. **Revista GeoPantanal**. Corumbá/MS, n. 24, p.35-51, jan./jun. 2018.

SILVA, E. F. **Entre ideologias e utopias**: visões de mundo dos agricultores agroecológicos do assentamento celso furtado em Quedas do Iguaçu-PR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrária) - UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2018.

ZENERATTI, F.L. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, v.27, n.50, 2017.